

Covas tenta ganhar tempo para aprovar Carta em 87

André Gustavo Stumpf

Brasília — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, pretende que os constituintes encerrem seu trabalho ainda em 1987. "O povo vai nos julgar pela nossa capacidade de trabalho e não apenas pelo resultado, uma vez que a Constituição só vai mostrar sua eficiência e utilidade em prazo muito mais longo", afirma. Segundo ele, para ganhar tempo, neste ano não deverá haver recesso de julho e os debates em plenário precisam ser reduzidos ao essencial.

Covas defende que o horário de funcionamento das subcomissões e comissões seja ampliado em pelo menos duas horas, que seriam ganhas subtraindo-se igual tempo das atividades de plenário. Ele propõe o fim do pinga-fogo (horário em que os constituintes podem falar por cinco minutos, sobre qualquer assunto, sem conceder apertes) e a destinação de apenas duas horas de plenário, para que os constituintes defendam projetos que estejam em debate nas comissões.

Ano da Constituinte

"1987 deve ser o ano da Constituinte", diz Covas. "Acho que a data de 7 de setembro para promulgação da nova constituição é prematura, embora possa ser factível. A data de 15 de novembro é razoável, se trabalharmos com dedicação e rigorosamente dentro dos prazos. Mas se a nova constituição emergir até 31 de dezembro deste ano, poderemos considerar que cumprimos a nossa tarefa de elaborar o texto dentro do prazo previsto", afirma. "Não devemos trabalhar com a pressa que conduz à imperfeição, mas temos que fazer o esforço necessário para elaborar o novo texto no menor prazo possível. Por essa razão, não cabe recesso, neste ano".

As subcomissões têm prazo de 45 dias para elaborar suas propostas e as respectivas comissões dispõem de mais 20 dias para elaborar o texto final dos capítulos. Ao todo serão 65 dias. Se esse cronograma for mantido, no dia 15 de junho todas as comissões e subcomissões terão encerrado seu trabalho. A partir daí começará a correr o prazo de 30 dias para que a Comissão de Sistematização apresente ao plenário o projeto da constituição, com base no trabalho das comissões. O plenário terá outros 30 dias para debater e apresentar emendas.

O regimento da Constituinte determina que todas as emendas retornem à Comissão de Sistematização. O texto acrescido das emendas que tiverem parecer favorável voltará ao plenário e será submetido a dois turnos de votação. Cumprida essa etapa, o projeto da nova constituição receberá a redação final e em seguida será promulgado.

"Coloquei todos os prazos e possibilidades num modelo de computador e descobri que a tarefa de elaborar a Constituição deverá se demorar por 221 dias, ou seja pouco mais de sete meses. Se tomarmos por base de início dos trabalhos o começo de abril, é fácil entender que estamos nos encaminhando para terminar o trabalho em torno de 15 de novembro", diz Covas. "Será preciso trabalhar muito. Mas como sempre ocorrem imprevistos, é possível que a folga de uma semana que este cronograma nos dá, termine sendo utilizada para questões super-venientes. De qualquer forma, é essencial terminar o trabalho Constituinte ainda este ano".

Sistematização

O líder do PMDB assegura que seu trabalho mais difícil até agora na Constituinte foi a montagem da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, porque dos 34 representantes que cabiam ao PMDB, 25 desejavam ser

Entidades têm prazo de 50 dias para apresentar suas propostas

Brasília — As Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, tribunais e entidades representativas de segmentos da sociedade — clubes, sindicatos, associações de classe ou de moradores — terão até o dia 1º de junho, portanto 50 dias, para apresentar sugestões ao texto da futura Constituição.

A dilatação do prazo, que facilita a participação na Constituinte, é consequência de interpretação do regimento interno feita pelo presidente Ulysses Guimarães durante reunião com todos os presidentes e relatores das oito comissões e 24 subcomissões temáticas em que se dividiu a assembléia, para executar seu trabalho de formulação do projeto.

De acordo com interpretação anterior, esse prazo terminaria no próximo dia 23, simultaneamente àquele do qual dispõem os próprios constituintes para realizar idêntico trabalho. Mas há outras mudanças.

As reuniões plenárias da Constituinte — que se realizam de terça a quinta-feira, das 14h30min às 18h30min — serão suspensas às 17 horas para que as subcomissões possam se reunir extraordinariamente, a partir dessa hora, ampliando seu prazo para discussão das matérias constitucionais. Essa proposta dos relatores, que não implica alterações regimentais, é a única com a qual concorda o presidente da assembléia,

membros da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas. "Foi muito difícil reduzir os 25 pretendentes às 11 vagas ali existentes. Foi necessário muita conversa, muita negociação e até mesmo um tipo de sorteio que ocorreu dentro da bancada do Paraná, para escolher um dentre quatro candidatos", conta Covas.

Outras comissões, como as da Reforma Agrária, da Educação e Cultura e a que trata dos princípios gerais da intervenção do Estado, também deram trabalho na montagem, "por causa da alta qualificação de seus membros e também pela vontade de participar de todos os constituintes".

A Comissão de Sistematização foi um caso especial. "Primeiro, esta comissão só vai funcionar de fato quando as outras comissões e subcomissões tiverem encerrado seus trabalhos. Depois, o perfil do relator não atendia somente a interesses regionais ou partidários, ou a uma simples negociação, como ocorreu nas outras comissões. Este relator teria que ter uma expressão cultura jurídica, bom conhecimento da Casa e muita experiência parlamentar. Por essa razão, optei pela votação e veja que os três candidatos, três pesos-pesados do partido, terminaram o primeiro escrutínio praticamente empatados. (Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral tiveram 86 votos, enquanto Fernando Henrique Cardoso teve 81 votos). Eu tinha razão. O partido praticamente atribuiu a mesma importância aos três candidatos."

Covas nega que tenha trabalhado em favor do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), eleito relator. "Não me cabia, pela minha função, trabalhar em favor de nenhum nome. Na organização das comissões e subcomissões eu tive que articular com os líderes do PMDB na Câmara e no Senado para indicar 34 membros do partido para cada grupo. Depois procurei os demais partidos para produzir os acordos necessários. Mas, neste caso, da Sistematização, era um caso especial. Trata-se do relator do texto constitucional do país. Apenas encaminhei a vontade majoritária da bancada. A qualificação dos candidatos e a eleição disputadíssima demonstram que ninguém perdeu."

Programa partidário

O líder do PMDB acha que nos próximos meses seu trabalho será basicamente o de tentar informar melhor os constituintes sobre definições anteriores do partido e tentar combinar suas propostas com o programa do PMDB. "Não há como falar em Aliança Democrática na Constituinte, porque estamos escrevendo uma constituição para a história. Não sei com quem o PMDB estará coligado nos próximos anos. Por isso, agora, vamos tentar produzir um texto de acordo com o programa do partido e a aspiração do nosso eleitorado. A Aliança Democrática é um instrumento circunstancial de apoio ao governo Sarney. Trata-se, portanto, de um mecanismo que funciona no âmbito do Congresso, da Câmara e do Senado", afirma.

Ele lembra, ainda, que está vencida a etapa de escolhas pessoais. "É sempre muito difícil fazer uma escolha de pessoa, porque há mais candidatos do que vagas. Agora já não há mais o que fazer. Já está tudo feito, e as pessoas escolhidas. Veja que os cargos nas comissões e subcomissões não possuem qualquer tipo de mordomia. Ninguém ganha mais ou possui vantagens por ser relator ou presidente de comissão. A dificuldade em escolher pessoas foi diretamente proporcional à vontade dos constituintes de participar. Todo constituinte é membro titular de uma comissão e suplente em outra. Todos poderão participar. Agora a Assembléia Nacional Constituinte vai ganhar uma dinâmica própria. E vamos encerrar o trabalho ainda neste ano", completa o senador Mário Covas.

Ulysses Guimarães, disposto a impedir a prorrogação do prazo dos trabalhos.

— Estão todos pressionando por um prazo maior. Mas só posso remanejar a distribuição interna dos dias dentro dos parâmetros do regimento, dando mais tempo ao trabalho dos relatores. Não podemos ampliar o prazo de funcionamento da Constituinte. Vamos fazer uma Constituição até 15 de novembro ou, de qualquer maneira, até o final deste ano.

Não há consenso entre os relatores das comissões e subcomissões. Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária (comissão da Ordem Econômica), defende a ampliação do prazo final em 40 dias. Ele alega que os 28 dias úteis que a Constituinte tem para trabalhar dificultarão a análise das matérias e as composições políticas, a cargo dos relatores.

José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Orçamento e Finanças, ao contrário, considera necessário apenas um remanejamento dos prazos internos. Pelo regimento da Constituinte, os relatores das subcomissões têm prazo até 25 de maio para apresentar seu anteprojeto à comissão temática, que, por sua vez, deverá encaminhá-lo à Comissão de Sistematização até 15 de junho.

Isto significa 65 dias, a partir de hoje. Deste, no entanto, 20 caem em fins de semana e quatro em feriados.

Aureliano propõe trégua e quatro anos para Sarney

Brasília — Wilson Pedrosa

Brasília — Bem-humorado, ladeado de companheiros de partido e evitando temas mais polêmicos, o ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves deu uma conferência sobre democracia, a convite do Comitê de Imprensa do Senado. A palestra foi marcada depois que os estudantes da Faculdade de Direito da UFRJ impediram Aureliano de falar naquela escola na semana passada. Ele pregou a conciliação entre os partidos numa espécie de trégua, até o final da Constituinte, defendeu um mandato presidencial de quatro ou, no máximo, de cinco anos, e conclamou a população a "exorcizar" qualquer hipótese de golpe de estado. Não houve nenhum incidente.

Ele não só deu a palestra como se submeteu a mais de uma hora de entrevista coletiva, onde evitou como pôde a questão do pedido de sua demissão feita por quatro governadores do PMDB.

Cargo à disposição

"Cargo de ministro é cargo de confiança do presidente. Esse problema é muito mais dos governadores com o presidente. O meu cargo sempre esteve à disposição do presidente e se os governadores têm opinião sobre mim, eu também tenho sobre eles. Na hora certa eu falo sobre esse meu julgamento", disse Aureliano.

Na conferência, em que o ministro misturou um pouco de economia e política, ficou clara sua proposta de conciliação. "Vai ser difícil o aprofundamento de temas pela Constituinte, enquanto tivermos atados aos conflitos das bases políticas. Precisamos buscar a conciliação. Temos que buscar o oásis da conciliação. Se começarmos a divergir agora, em cima de teses menores, não poderemos atingir nossos objetivos de construir as bases de instituições sólidas", pregou o ministro.

Aureliano fez questão de ressaltar que "conciliar não é abdicar de idéias ou posições". O que não é possível, em seu entendimento, é que, "em um momento de dificuldades como esse, a admissão ou demissão de cargos fique no centro das atenções". Foi um dos raros momentos em que espontaneamente tocou nas críticas que vem sofrendo.

O ministro defendeu a tese de que a Constituinte precisa primeiro definir qual o sistema de governo a ser adotado pelo país, para só depois definir a duração do mandato presidencial.



Aureliano: exorcismo do golpe

"Quando assinamos o Compromisso com a Nação" (ele próprio, o ex-presidente Tancredo Neves, o ministro Marco Maciel e o deputado Ulysses Guimarães), esse problema da duração do mandato foi discutido exaustivamente. Chegamos à conclusão de que seis anos era um exagero e que a tradição brasileira era de cinco ou quatro anos, esse um período que me pareceu mais razoável. Decidimos não explicitar isso no "Compromisso com a Nação", mas nos comprometemos a lutar para que o mandato fosse de quatro, no máximo cinco anos.

Para o ministro Aureliano Chaves, o mais urgente é elaborar a nova Constituição, o que, ele considera uma arma contra qualquer hipótese de golpe de estado. "Devemos dar nossa contribuição por atos e palavra para exorcizar, eliminar, qualquer hipótese de golpe. Ter uma Constituição rápida é um ato que criará empecilhos a qualquer retrocesso, embora não o impeça."

Newton acha mandato uma incógnita

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso disse que nem mesmo o presidente José Sarney sabe ainda se conseguirá governar o país durante seis anos, diante das dificuldades que está enfrentando na área econômica. Em entrevista após a inauguração de uma obra na capital, ao lado do prefeito Sérgio Ferrara, Cardoso argumentou que a questão do mandato do presidente Sarney está ligada a um plano de reorientação da economia nacional.

Newton Cardoso revelou que irá hoje a

Brasília para relatar ao presidente Sarney o encontro com seus colegas Orestes Quêrcia (SP), Moreira Franco (RJ) e Marcelo Miranda (MS), em São Paulo. Disse que todos são favoráveis à saída do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. "O Quêrcia não tem nenhum amor, nenhuma simpatia, hoje, pelo ministro Funaro", disse. E sustentou que apenas uma reforma ministerial total "será boa para o país". Após dizer que a duração do mandato do

Primo de Sarney quer definir logo o mandato do presidente

Brasília — Wilson Pedrosa

Brasília — Alberico Filho (PMDB-MA), o primo de Sarney que conseguiu se eleger na Constituinte presidente da Subcomissão do Poder Executivo, não admite mais qualquer adiamento de decisão sobre o mandato presidencial. Ressalvando que não fala sob orientação do presidente da República e que não o vê há duas semanas, ele avisa: "A Constituinte tem que decidir imediatamente o sistema de governo e o tamanho do mandato do meu primo. E isso tem que ser feito antes de começarmos qualquer trabalho."

Ele disse que sua subcomissão está desorientada por não saber o regime de governo que vai vigorar no país após os trabalhos da Constituinte e, por isso, só se reuniu até agora para discutir métodos de trabalho. "Mas como sair desse assunto, se não temos estabelecido um regime de governo para nos nortear?", indaga esse maranhense de 37 anos, três filhos, primeiro mandato federal e filho de Alberico de França Ferreira, irmão de Dona Kiola, mãe de Sarney.

Como o primo ilustre, cujo nome ele diz que jamais usou em campanha, Alberico usa um vasto bigode. Como parente próximo, visita semanalmente o presidente no Palácio da Alvorada ou no Sítio de São José do Pericumã, mas nega enfaticamente que sua eleição para presidente da Subcomissão do Poder Executivo tenha influência palaciana. Ele conta que a princípio sequer se interessou por essa subcomissão, estando mais inclinado a integrar a Comissão de Sistematização ou a da Ordem Econômica.

Foi a disputa entre dois outros pemedebistas maranhenses — Haroldo Sabóia e Cid Carvalho — por essas comissões que o empurrou para a de Organização dos Poderes. Ele conta como foi: "Cheguei para o Mário Covas e disse que, por ser parente do homem, não queria me envolver em briga. Eu topava qualquer comissão e aí ele me disse que eu ia para a de Organização dos Poderes".

Na última vez em que esteve com o presidente Sarney, Alberico ouviu dele o seguinte conselho, dado em tom de brincadeira: "Você toma cuidado toda vez que abrir a boca nessa Constituinte. Porque tudo o que você falar, vão dizer que tem influência do presidente da República". Na mesma hora, Alberico respondeu que, assim como jamais invocou o nome presidencial em campanha, gostaria que durante os trabalhos da Constituinte sua pessoa jamais fosse associada à do presidente.

Não conseguiu. Favorável a um mandato de seis anos para Sarney, desde o momento que se



Deputado Alberico Filho

elegeu presidente da subcomissão e passou a se empenhar para ter o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que partilha suas idéias, no cargo de relator. Alberico celebrou-se como o "primo do presidente". Ele se defende: "Eu sou presidencialista e quero um mandato de seis anos para Sarney porque sou maranhense, gosto de ver um homem do Nordeste no poder. O país foi descoberto há quase 500 anos e só agora temos um maranhense no poder. É evidente que eu gosto de ver ele aí."

Ele se defende também da versão de que não queria José Fogaça (PMDB-RS), um torcedor pela redução do mandato presidencial, no cargo de relator. "Não é nada disso. Dei o meu apoio a Expedito Machado porque ele foi o primeiro a me pedir isso", explica.